COLEÇÃO CULT

Federalismo e políticas culturais no Brasil

Alexandre Barbalho,
José Márcio Barros
& Lia Calabre
(Organizadores)

EDUFBA
SALVADOR, 2013

A política cultural no Pará durante o período Lula

*Fábio Fonseca de Castro**
*Marina Ramos Neves de Castro***
*Ana Paula Freitas****
*Fabrício de Mattos*****

O conflito entre Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), estrutural da cena política brasileira contemporânea, teve, no Pará, um capítulo complexo. Os dois partidos ocuparam os principais espaços de poder político locais – Governo do Estado (PSDB) e Prefeitura de Belém (PT) – concomitantemente, entre os anos de 1997 e 2004, sempre numa disputa política acirrada, que produziu efeitos perversos no campo da política cultural, criando uma antecena para o que se veria no período aqui analisado.

*
Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris V (Sorbonne-Descartes). Realizando pós-doutoramento na Universidade de Montréal. Professor adjunto da Universidade Federal do Pará. Coordena o Grupo de Pesquisa Sociologia da Cultura e da Comunicação na Amazônia. É pesquisador e professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará

**
Possui mestrado em Études des Societés Latino-Americaines (Estudos da Cultura e da Comunicação) - Université Paris 3 - Sorbonne Nouvelle. Foi professora no

curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade de Tecnologia da Amazônia (FAZ). Trabalhou na Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves.

***

Pesquisadora e professora da Universidade do Estado do Pará - UEPA. Mestre em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará, especialista em Design de Embalagens pela Universidade tecnológica Federal do Paraná, graduada em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Pará.

****

Possui graduação em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor do Curso de Comunicação Social da Faculdade Estácio do Pará (Estácio FAP). Coordenador da Agência Experimental de Jornalismo da Faculdade Estácio do Pará. Jornalista e produtor da Rádio Cultura FM (93,7Fm).

Durante o primeiro mandato presidencial de Lula (2003-2006), enquanto o Governo era ocupado pelo PSDB, a Prefeitura de Belém foi ocupada pelo PT, nos primeiros dois anos do período, e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – na conjuntura paraense, nesse momento, um partido satélite do PSDB – nos dois anos seguintes. Durante o segundo mandato de Lula (2007-2010) foi a vez do PT paraense ocupar o Governo estadual, sendo acompanhado pela continuidade da gestão do PTB, reeleito em 2008.

Portanto, em todo o período Lula houve uma situação de polarização e confronto entre dois projetos políticos que, como veremos, constituíam projetos divergentes quanto ao desenvolvimento estadual. O campo cultural do estado constitui um espaço privilegiado dessas disputas, à medida que um dos principais enunciadores políticos do PSDB ocupou, durante os dezesseis anos consecutivos em que seu partido esteve à frente do governo paraense (1995-2006), o posto de Secretário de Estado da Cultura.

Procuramos discutir, neste artigo, os aspectos centrais dessa dicotomização. Partimos da identificação dos compromissos e projetos políticos dos dois partidos na especificidade do contexto paraense. Nossa intenção é agregar os elementos necessários para discutir, mais à frente, como esses dois projetos políticos resultam em políticas culturais específicas e em estratégias diferenciadas de relacionamento com o Governo Federal. Também elaboramos um resumido histórico e uma descrição da estrutura da Secretaria de Estado da Cultura (Secult), a fim de permitir compreender melhor o processo.

O contexto político do Estado

O Pará é o segundo estado do país em dimensão territorial, ocupando uma área de 1,24 km² e é o estado mais populoso da re-

gião norte, possuindo 7,57 milhões de habitantes. Seu Produto Interno Bruto é de cerca de R$ 60 bilhões, o 130 maior da federação – dado que contrasta com a posição que ocupa quando se equaciona o Produto Interno Bruto (PIB) per capta, no 220 lugar da federação, ou quando se percebe que o estado possui o segundo melhor saldo, dentre os estados brasileiros, em sua balança comercial – de cerca de US$ 7,2 bilhões em 2011. Essa contradição explica, na verdade, a natureza econômica do Pará, caracterizada por uma dinâmica de exportação de insumos tão perversa que inviabiliza processos de escalonamento da produção, internalização do lucro, distribuição de riquezas e, enfim, inclusão social.

Historicamente, a economia paraense sempre se desenvolveu em torno da exploração das riquezas naturais, abundantes, como a floresta e seus produtos, o solo e os minérios. Porém, uma dinâmica nova, baseada no processo de ocupação econômica do território, iniciado nos anos 1970, e que corresponde a um alinhamento dos interesses do Estado aos interesses do polo industrial do centro-sul brasileiro, radicalizou essa lógica, esse genius econômico. Tratava-se de colocar à disposição do centro da federação os recursos naturais do estado do Pará, numa lógica que teve início com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND – 1975/79), do governo Geisel, considerado como uma verdadeira "marcha forçada" para a economia brasileira (CASTRO; SOUZA, 1985) e que convergia nos esforços de "endividamento" do Estado Nacional para a asserção de programas que tinham como meta a produção de bens de capital e insumos básicos. O Pará desempenhava um papel fundamental nessa política, enquanto fornecedor dos insumos básicos e, logo mais, de energia. Com o passar do tempo houve uma diversificação nos objetivos estratégicos da "federação", mas o papel exportador do Pará foi preservado, sem variações: se, no final do regime militar, se tratava de gerar divisas com vistas ao equacionamento da crise cambial, logo passou a ser uma questão de ampliar a geração de

divisas para o financiamento do projeto nacional de desenvolvimento ou, como atualmente, de manutenção de reservas de divisas para lastrear o sistema bancário e o regime de juros.

O processo de alinhamento do Pará aos interesses do centro-sul, nos anos 1970, recompuseram as elites paraenses, deslocando para o ostracismo político os setores que não compunham com a "marcha forçada" da integração e que prefeririam a manutenção das formas anteriores de produção de riquezas – por exemplo, a indústria da castanha, a pecuária do Marajó, as culturas extrativas da juta e da malva, a agricultura tradicional, a indústria pesqueira, o setor de serviços tradicional de Belém e o pequeno parque produtivo instalado no estado. Da mesma forma, a integração forçada possibilitou, por meio das políticas de fomento desenvolvidas através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Banco da Amazônia (Basa), ambos sediados em Belém, o surgimento de novos campos sociais de elite e sua polarização política em torno de projetos que, embora divergentes entre si, jamais questionaram ou apresentaram soluções reais para os impasses produzidos pelo modelo de desenvolvimento que transformara o Pará em fornecedor de matéria prima para o Centro-sul.

A vida política paraense se produz a partir dessa lógica. Os principais setores das elites locais, representados, politicamente, pelo PSDB e pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com seus partidos-satélite, associados aos interesses nacionais, trabalham, invariavelmente, no sentido de manter esse regime produtivo. Já o campo mais progressista da sociedade, que tende a ser representado, na vida política, pelo PT – embora não apenas – ensaia, sem sucesso, um movimento de reversão desse quadro econômico perverso.

Se observamos mais de perto o desenho político das elites paraenses, no começo da época Lula, percebemos dois grupos principais de poder: as elites de índole modernizadora, afeiçoadas a

um modelo de desenvolvimento mecânico e extrativista, muito suscetíveis à ideologia neoliberal, empenhadas na manutenção do *status quo* da região, e em evitar toda forma de mudança radical nas estruturas produtivas do estado; e as elites de índole conservadora, com um caráter rentista mais pronunciado que o bloco anterior, profundamente dependentes do modelo de expansão centrado no fomento estatal – via Sudam, Basa e investimento direto do poder público federal ou estadual – e ainda afeitas à política tradicional, messiânica e de apadrinhamento.

O primeiro campo de elites tendeu a se agregar em torno do PSDB e o segundo em torno do PMDB. Cada um desses partidos governou o Pará durante 12 anos seguidos – três mandatos governamentais – desde 1982, primeiras eleições diretas após o Golpe de Estado de 1964, quando Jáder Barbalho se tornou o único governador eleito pelo PMDB em todo o país.

Quando Lula chegou à presidência, nas eleições de 2002, o PSDB do Pará elegia Simão Jatene governador. Era o terceiro mandato sucessivo do partido no estado. Sua hegemonia era inquestionável, embora a falta de investimentos em saúde, educação e, sobretudo, segurança, bem como a falta de um projeto de desenvolvimento de longo prazo, constituíssem um desafio que, ao final desse terceiro mandato, levaria o PT ao governo estadual.

O governo de Simão Jatene (2003-2006) foi pouco dinâmico e, tal como se tornou recorrente nos mandatos anteriores do partido, bastante autoritário. Em termos de política cultural esse autoritarismo se tornou bastante evidente, sobretudo em certos processos gerais, que caracterizaram o momento:

- a ausência completa de diálogo com do Governo Federal;
- uma postura pública arrogante, mantida pelo secretário de cultura Paulo Chaves Fernandes, figura central da visibilidade pública do PSDB paraense, em relação a tudo que se referisse ao Governo Lula e ao PT;

- a manutenção do programa de construção de grandes obras de lazer destinadas a um uso excludente da maioria da população;
- a percepção da atividade cultural como uma atividade voltada para o turismo;
- a manutenção de um discurso sobre identidade cultural de caráter idealista e essencialista;
- a manutenção de uma política de fomento à produção de base meritocrática, evitando editais públicos e diálogo com a sociedade;
- a disposição de centralizar em Belém toda a ação cultural do governo e a ausência completa de um projeto de interiorização;
- a manutenção de uma política de comunicação centrada numa perspectiva midiática, massiva e reprodutora de visão idealista e essencialista da identidade.

O secretário de cultura, Paulo Chaves, ocupou a pasta durante os doze anos de gestão do PSDB. Polêmico, tornou-se uma das principais figuras públicas do partido, no estado. Muitos qualificativos foram usados, no debate público, para descrevê-lo. Seus apoiadores sempre destacaram sua preocupação com a qualidade de suas obras e projetos, seu perfeccionismo e seu "olhar de futuro" – com o qual referiam seu empenho em dotar Belém de espaços de turismo e cultura de alta qualidade, ainda que, geralmente, excessivamente caros.

Seus opositores destacaram sua postura elitista, sua arrogância e preconceito em relação a tudo que pudesse ser associado ao massivo e ao popular, e sua postura exclusivista e protecionista dos elementos do campo cultural de maior visibilidade. Ou, mais tecnicamente falando, a completa falta de uma real perspectiva antropológica em sua política cultural.

Nas eleições de 2006, quando Lula era eleito para seu segundo mandato, o PT chegava ao governo do Pará, com Ana Júlia

Carepa. As condições históricas que possibilitaram a eleição de Ana Júlia se deveram, fundamentalmente, ao apoio recebido pelo PT do campo das elites estaduais que acima classificamos como conservadoras aquelas lideradas pelo PMDB de Jáder Barbalho.

A política cultural do Governo Ana Júlia pode ser vista como um momento de adequação rápida, talvez forçada – para usar o termo tão apropriado para caracterizar a experiência histórica paraense – à política cultural do Governo Lula. Ao chegar ao poder no Pará, o PT já contava com quatro anos de experiência de gestão cultural. Essa adequação se deu por meio da realização da I e da II Conferências Estaduais de Cultura (2007 e 2009); da abertura de um diálogo com os agentes culturais das mais variadas linguagens; da instituição de uma política de editais com qual se superasse as práticos do personalismo e do meritocratismo; da adoção de práticas e políticas de acessibilidade, democratização e universalização do acesso à cultura.

O projeto, no entanto, foi interrompido ao final desse mandato. O PT fora eleito, em 2006, para desenvolver um projeto social. Não obstante, seu principal empenho político se produziu em torno da proposta de um *Novo Modelo de Desenvolvimento para a Amazônia,* um projeto de superação da tradicional condição extrativista do estado, por meio de investimentos em ciência e tecnologia e na verticalização das cadeias extrativas da madeira e do minério. Esse projeto foi a tônica política do governo petista, provocando, não apenas uma concentração de esforços numa área que não era a social, como também impasses com os dois campos referidos das elites paraenses e, provavelmente, um dos elementos que construíram um cenário político de união entre PSDB e PMDB para a conquista conjunta do poder público, nas eleições de 2010, possibilitando o retorno de Simão Jatene ao governo.

A configuração do órgão gestor de cultural estadual

Para entendermos a configuração do órgão gestor de cultura do estado do Pará no período discutido, é necessário desenvolver um breve histórico da secretaria. A existência de um órgão gestor de cultura no Pará é relativamente recente. A secretaria surgiu no ano de 1975.[1] Nascida como Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo (Secdet), o órgão tinha as seguintes finalidades:

a. Promover a preservação do patrimônio histórico, literário, artístico e científico;
b. Promover o desenvolvimento do turismo no Estado;
c. Proporcionar apoio aos esportes e estimular o desenvolvimento das atividades desportivas em todas as suas modalidades. (PARÁ, 1975, p. 2)

O primeiro gestor da nova pasta, Octavio Lira Maia (1976-1981), enfrentou problemas relativos à baixa institucionalização do setor cultural no estado, além das limitações orçamentárias, da dificuldade advinda da grande extensão territorial do Pará e, segundo sua própria avaliação, da falta de "[...] conscientização da comunidade para a importância e valor dos bens culturais" (PARÁ, 1979, p. 12) Ciente das limitações institucionais do setor cultural, o Governo do Estado iniciou um movimento de construção de equipamentos culturais, notadamente o equipamento cultural que, inaugurado em 1986, constitui o Centro Cultural e Turístico (Centur), com teatro, cinema, centro de convenções e a nova sede da Biblioteca Pública. Também foi realizada, nesse momento, uma restauração do Theatro da Paz e a reforma de adaptação de um espaço ocioso para conformação da sede própria do Teatro Experimental Waldemar Henrique, concluída em 1979. Outro fato significativo dessa empreitada de institucionalização foi, a criação da Companhia Paraense de Turismo (Paratur), criada em 1971 e que passou a ser gerida pela Secdet, como órgão de administração indireta.

1 Apesar de existir uma Secretaria de Estado de Educação e Cultura, criada em 1951, a atuação desta era centrada na área da educação.

Esse movimento de institucionalização, iniciado na gestão Lira Maia, perdurou na gestão seguinte da secretaria (1982-1985), sob as ordens do escritor Acyr Castro[2] que, além de dar prosseguimento às obras referidas, também implementou o espaço físico do Museu da Imagem e do Som (MIS), criado em 1971. Nessa gestão também se destacaram os ciclos de debates sobre a cultura paraense e sobre a necessidade de um processo de interiorização das ações da secretaria.

2 Primeiro governo de Jáder Barbalho e primeira das três gestões consecutivas do PMDB no governo paraense.

Em seguida, a gestão do poeta João de Jesus Paes Loureiro (1986-1990)[3] foi marcada por grandes mudanças, tanto na concepção das políticas públicas de cultura, quanto na organização estrutural da secretaria, que também teve seu nome modificado, passando a se denominar, a partir da publicação da Lei n. 5.397, de 13 de outubro de 1987, Secretaria de Estado de Cultura (Secult).

3 Governo de Hélio Gueiros e segunda das três gestões consecutivas do PMDB no governo paraense.

A gestão de Paes Loureiro foi emblemática, por ter implementado um novo entendimento sobre as políticas culturais, desenvolvendo novas formas de pensar a cultura no estado, num esforço de criar ações inovadoras, de fomento, circulação e mapeamento de atividades culturais e artísticas. O secretário Paes Loureiro criou políticas que tinham como objetivo uma integração entre as políticas desenvolvidas na capital e nos municípios do Pará.

No período seguinte (1991-1994), sob a gestão do cientista Guilherme Maurício Souza Marcos de La Penha[4] as políticas anteriores foram descontinuadas e novamente centradas na capital paraense, focadas em políticas de desenvolvimento de turismo e em grandes eventos populares, mas com um peculiar apreço pelas artes plásticas.

4 Segundo governo de Jáder Barbalho e terceira gestão consecutivas do PMDB no governo paraense.

A partir de 1995 com a eleição de um governo estadual do PSDB, assume a secretaria o secretário Paulo Chaves Fernandes. Sua gestão foi a mais longa da história da Secult, tendo durado 12 anos consecutivos (1995 -2006).[5]

5 O secretário Paulo Chaves Fernandes está novamente à frente da Secult/PA desde 2011.

Neste momento a configuração do setor cultural no estado do Pará, assim como da Secult, já com vinte anos de criação, já estava

institucionalizado e perfeitamente burocratizada, possuindo uma série de equipamentos culturais estruturados – note-se que todos eles localizados na capital, além de duas fundações de gestão indireta (Fundação de Telecomunicações do Pará e Fundação Cultural do Pará) e órgãos consultivos (Conselho Estadual de Cultura e conselhos de cada uma das duas fundações).

A partir deste aparato institucional, a gestão de Paulo Chaves deu início a um entendimento de política cultural bastante voltado à noção de cultura como cultivo das belas artes e centrado no patrimônio histórico da capital. As ações patrimonialistas tiveram grande ênfase a partir de então, com destaque para os dois programas considerados os mais importantes da gestão: O Programa Feliz Lusitânia e o Programa de Revitalização e Preservação da Memória e Identidade Cultural do Pará, ambos iniciados em 1995 e que tiveram vida durante toda a gestão de Chaves.

Esses dois programas tinham como objetivo a restauração e a reutilização de espaços históricos da capital com objetivos de torná-los rentáveis do ponto de vista mercadológico e turístico e, assim, inserir Belém no circuito do turismo histórico e de consumo cultural. Usando a cultura como recurso (YÚDICE, 2004), estes espaços ganharam ampla visibilidade por conta de grandes intervenções arquitetônicas e urbanísticas e de sua "requalificação", agora com novos frequentadores e usos.

O programa Feliz Lusitânia promoveu intervenções no núcleo do povoamento histórico de Belém, em torno do Largo da Sé, por meio de reformas da Igreja de Santo Alexandre, do antigo Palácio Episcopal, do Forte do Castelo e da Casa das Onze Janelas, espaços nos quais foram alocados os recém-criados museus de Arte Sacra, Arte Moderna e Contemporânea e Antropológico do Forte do Presépio.

Por meio do programa de revitalização e preservação da Identidade Cultural do Pará foram restaurados os teatros Waldemar Henrique e o Theatro da Paz; criado o Parque da

Residência (com anfiteatro, teatro e restaurante de exploração privada); o Polo Joalheiro São José Liberto a partir da desativação de um presídio; a Estação das Docas, em parte da área portuária de Belém, agora convertida em centro cultural e gastronômico; o Parque Mangal das Garças complexo turístico voltado para a questão ambiental e que conta com museu naturalístico, restaurante de exploração privada e um Memorial Amazônico da Navegação; e também foi revitalizado o antigo Quartel da cidade de Óbidos, reequipado e transformado em centro cultural – e que constituiu a única intervenção da Secult fora da capital do estado.

Também é importante referir que, ao longo desse período, foi criado o Instituto de Artes do Pará, destinado ao fomento da produção artística. As duas fundações voltadas para a arte-educação – a Fundação Carlos Gomes, responsável pela manutenção do centenário Conservatório Carlos Gomes e a Fundação Curro Velho, responsável por programas de arte-educação nas mais variadas linguagens – deixaram de estar vinculadas à Secretaria de Estado de Educação e ingressaram na órbita de gestão da Secult.

Quando inicia o período analisado neste artigo, o PSDB já governava o Pará há oito anos e iniciava seu terceiro período consecutivo. Trata-se, portanto, de uma gestão de continuidade: os mesmos gestores, os mesmos programas e a mesma política cultural, com as características descritas.

Em 2007, quando o PT assume o governo e o professor Edilson Moura substitui Paulo Chaves na gestão da Secult, tem-se um quadro bem institucionalizado e burocratizado por uma trajetória de 32 anos de existência da secretaria.

A gestão de Edílson Moura na Secult (2007-2010) teve como marco inicial a realização da I Conferência de Cultura do Estado do Pará, realizada em 2008, que teve como objetivo principal estabelecer um diálogo com os vários setores culturais do Estado, visando o planejamento de políticas culturais. A conferência foi importante marco democrático, uma vez que deu voz às reivindicações de setores que

historicamente permaneciam à margem das políticas voltadas para a cultura. A conferência também se caracterizou como um marco político, de conexão com as políticas federais desenvolvidas pelo Ministério da Cultura (MinC), que objetivavam elaborar o Plano Nacional de Cultura.

Outras políticas desenvolvidas pelo secretário Edílson Moura à frente da Secult foram à inclusão do Pará na política de Pontos de Cultura, assim como a criação de pontos estadualizados (distribuídos por todo o território do Estado do Pará), conectando a política cultural do Pará às engendradas pelo ministério. Edílson Moura também marcou sua gestão com o lançamento de uma série de editais de financiamento direto à cultura, que pretendiam, ainda que de maneira paliativa, minimizar as incongruências do fomento por meio Lei Semear, de renúncia fiscal, e, também, em relação à exclusão dos mecanismos de apoio e fomento vivenciada por várias linguagens e grupos minoritários (Gays, Lésbicas, Bi e Transexuais – GLBT; mulheres e negros).

Essa gestão também interiorizou a Feira do Livro, que foi levada como Salão do Livro para municípios como Marabá, Santarém e Tucuruí. Por fim, deve ser referida a realização de concurso público, em 2008, que possibilitou uma melhor estruturação da secretaria.

Análise comparada das políticas culturais do período

Podemos fazer uma análise comparada qualitativa das gestões do PSDB e do PT, no Pará, em relação ao governo Lula. Para isso, partimos do referencial estabelecido por Rubim (2008, p. 185) a respeito das tradições e desafios centrais das políticas culturais brasileiras:

> O itinerário das políticas culturais [...] produziu tristes tradições e, por conseguinte, enormes desafios. Estas tristes tradições podem

ser emblematicamente sintetizadas em três palavras: ausência, autoritarismo e instabilidade.

De que maneira essas três tradições estão presentes na prática política paraense? De que maneira ela alcança a ação cultural do PSDB, durante o primeiro mandato do Governo Lula e a ação cultural do PT, durante seu segundo mandato? Os esforços de superação dessas três tradições perversas, identificados por Rubim e por outros autores (BARBOSA; CALABRE, 2011; CHAUÍ, 2006; DAGNINO, 2005; FERREIRA, 2006; SILVA, 2007) na gestão de Gilberto Gil e de Juca Ferreira no Ministério da Cultura, nos dois mandatos de Lula, foram acompanhados ou confrontados pelas duas gestões paraenses?

A resposta para essas questões obedece a um padrão dual, representado, a um tempo, pela dicotomização da vida política paraense, num nível micropolítico, entre os dois polos maiores da vida política nacional, PSDB e PT e, a outro tempo, pela índole macropolítica, representada pela ideologia de fundo presente nesses dois partidos, em sua experiência amazônica, e que diz respeito, essencialmente, ao compromisso de priorizar o modelo econômico tradicional e exportador, no primeiro caso, com o PSDB; ou o modelo econômico alternativo de internalização das formas produtivas, com o PT.

No primeiro plano, o da micropolítica, observou-se que a referida dicotomização não permitiu concessões e nenhuma avaliação interna, no caso do PSDB, em relação aos avanços democráticos experimentados pelo Governo Federal no seu modelo de gestão cultural. A gestão de Paulo Chaves à frente da Secult praticamente rompeu relações com o Governo Federal: recusou o diálogo, não estabeleceu parcerias e chegou a criar dificuldades para que prefeituras paraenses trabalhassem em conjunto com o MinC.

No segundo plano, pode-se dizer que a gestão de Paulo Chaves, profundamente envolvida no ideário neoliberal e amplamente comprometida com o *genius* econômico extrativista-exportador tradicional e conservador que marca as elites paraenses, foi sempre restritiva a qualquer forma de percepção do fazer cultural para além dos limites da atividade artística e da ação da secretaria de cultura para além do gerenciamento de megaprojetos associados, ou justificados, pelo turismo.

Assim, os três males da política cultural apontados por Rubim permaneceram dominantes na gestão de Paulo Chaves:

- Ausência, na medida em que a Secult de Paulo Chaves, num plano, reproduziu o jogo de transferência da responsabilidade sobre a decisão do Estado no campo cultural para o Deus-mercado e, em outro plano, manteve excluídas da política cultural formas de cultura que não cabiam no seu ideário.
- Autoritarismo, na medida em que não houve nenhuma forma de compartilhamento da decisão sobre a política cultural com a sociedade e, também, na medida em que os vários agentes sociais participantes do campo cultural não tiveram acesso sequer ao debate público sobre cultura, fomentado pelo Governo Federal;
- Instabilidade, na medida em que, ao recusar toda forma de parceria, e mesmo de contato, com o MinC, a gestão deixou o Pará de fora do processo de negociação e de debate que envolveu a vida cultural brasileira entre 2002 e 2006, provocando uma imensa defasagem do campo cultural paraense em relação à experiência havida em outros entes federados.

A respeito da ausência do Estado, compreendida como a transferência de responsabilidades para o mercado, cabe observar, como demonstrou Rubim (2008), que a ideia de que *Cultura é um bom negócio*, título da cartilha que constituiu o elemento dis-

cursivo mais evidente da política cultural do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), gestão Francisco Weffort no MinC – conformou uma nova, sofisticada e perversa forma de ausência do Estado na área cultural.

A respeito da prática do autoritarismo, pode-se dizer, levando em conta a disposição elitista da gestão Paulo Chaves e a maneira como ela procurou restringir a participação do Pará na discussão sobre o Sistema Nacional de Cultura e sobre o Plano Nacional de Cultura, que ela constituiu a tônica do período, a marca da gestão. Rubim (2008) demonstrou como, em seu primeiro ano de gestão, Gilberto Gil privilegiou dois temas que constituíam uma resposta para o problema da ausência: em uma perspectiva, enfatizou o papel do Estado na formulação e implementação de políticas de cultura; em outra, destacou a conexão do Ministério com a sociedade por inteiro, e não apenas com os criadores e produtores culturais. Essa mesma disposição, de ampliar o diálogo do Ministério com a sociedade, constituiu, para além da efetivação do papel do Estado no campo cultural, uma luta contra o autoritarismo e o elitismo. Isso resulta na ampliação do conceito de cultura para uma perspectiva antropológica e não mais, puristicamente, artística. O autoritarismo elitista da gestão Paulo Chaves se evidencia na forma como esse ideário democrático e amplo da noção de cultura foi, não apenas ignorado, mas também boicotado.

A respeito, enfim, da instabilidade, pode-se acrescentar que, sem o aval da Secult e mesmo, eventualmente, lutando contra a interveniência excludente por ela promovida, criadores e produtores culturais paraenses tiveram grande dificuldade em acompanhar o debate público instituído, particularmente em torno da criação do Sistema Nacional de Cultura e do Plano Nacional de Cultura.

A imposição política do silêncio, do isolamento, pelo PSDB, no entanto, não conteve a ação da sociedade civil que, como pôde, procurou participar das políticas culturais implementadas – seja

estabelecendo convênios diretos, sem interveniência do governo estadual, com o MinC, seja participando dos editais nacionais ou, como possível, do debate nacional instituído pela convocação da I Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2005.

A ação política do PSDB paraense se produziu ora no sentido de obstruir, ora no de esvaziar, a política cultural do Governo Federal no estado. Três exemplos o demonstram: a obstrução dos investimentos do Projeto Monumenta na recuperação do centro histórico de Belém; a ausência do papel intermediador, atribuído ao governo estadual, na organização da I Conferência Nacional de Cultura e, da mesma forma, sua ausência enquanto entidade mediadora do Programa Cultura Viva.

Com efeito, um dos maiores impactos produzidos pela gestão do PT no governo paraense, e que pode ilustrar bem a diferença entre os dois modelos de relacionamento com o Governo Lula, se deu no Programa Cultura Viva.

No Pará, o programa começou a ser ampliado a partir de 2008, segundo ano do governo Ana Júlia, quando foi iniciada uma política de "estadualização" dos pontos de cultura. Antes, sem qualquer interveniência da Secult, havia um modelo de convênio direto dos Pontos de Cultura com MinC – uma solução, encontrada pela sociedade civil, para superar as dificuldades interpostas pela gestão do PSDB. Com o processo de estadualização, a quantidade de Pontos de Cultura aumentou de 19 para 79 e ainda foram criados seis Pontões de Cultura.

O aumento considerável de 60 Pontos de Cultura no estado foi resultado da ação conjunto da Secult com a sociedade civil, que ajudou a estruturar o que ficou conhecido como Rede de Pontos de Cultura no Pará. Essa ação conjunta também produziu um modelo de elaboração participativa de editais culturais, os quais também incorporaram, em seus pressupostos, o chamado custo amazônico, ou seja, o maior custo que os projetos têm para ser

implementados na Amazônia, tanto pela sua vasta dimensão territorial, quanto pelo seu baixo nível de integração de comunicações.

Percebe-se, assim, como o alinhamento da política cultural do estado, no governo do PT, à política cultural federal, possibilitou não apenas a materialidade da viabilização de projetos – como os Pontos de Cultura – mas, também, a adoção de princípios gerais de democratização e de participação social.

Observando o campo cultural paraense nesses oito anos, pode-se concluir que a prática da disputa partidária e eleitoral predominou sobre o campo cultural, com efeitos nocivos percebidos em vários setores da sociedade. Em o percebendo, se evidencia a intenção de politizar o campo da cultura a partir da a-politização velada praticada por meio da ausência de diálogo com a diversidade dos atores sociais e culturais do estado, principalmente daqueles que estavam fora da capital ou daqueles que não estão inseridos no paradigma meritocrático praticado na gestão do PSDB no estado do Pará.

A experiência petista no governo do estado procurou suprir a falta de diálogo e democratizar as ações do estado para a cultura. Porém, sua atuação foi breve. Com o retorno do PSDB ao Governo do Estado em 2011 – e, particularmente, com a volta de Paulo Chaves para a Secult, para seu quarto período nesse posto – a velha ordem, associada ao *genius* econômico amazônico tradicional, foi, aparentemente, retomada. Esperamos poder fazer, proximamente, uma avaliação desse "novo" momento.

Referências

BARBOSA, F. Boas intenções, poucos recursos: balanço das políticas culturais brasileiras recentes. *Revista Proa*. Campinas, SP, v. 1, n. 1. 274-292, ago. 2009. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/proa>.

BARBOSA, F.; CALABRE, L. (Org). *Pontos de cultura*: olhares sobre o programa cultura viva. Brasília: Ipea, 2011.

CASTRO A.B.; SOUZA, F. E. P. *A economia Brasileira em marcha forçada*. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

CHAUÍ, M. *Cidadania cultural*: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

DAGNINO, E. Políticas culturais, democracia e projeto neoliberal. *Revista do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n. 15, p. 45-65, jan./abr. 2005.

FERREIRA, J. Oportunidades de voz, de comunicação e de vida. *Revista do Rio de janeiro.* Rio de Janeiro n. 15, p. 133-134, jan./abr. 2005.

FREITAS, Ana Paula. *Políticas culturais e consumo cultural*: um estudo dos públicos da estação das docas em Belém/PA. 145 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação* . São Paulo, v.31, n.1, p. 183-203, jan./jun. 2008.

SILVA, F. A. B. *Economia e política cultural*: acesso, emprego e financiamento. Brasília: MinC; Ipea, 2007. (Coleção Cadernos de Políticas Culturais, v. 2)

PARÁ. Lei n. 4.589 de 18 de novembro de 1975. Institui a Secretaria Estadual de Cultura, Desportos e Turismos (Secdet). *Diário Oficial do Pará*. Belém: IOEPA, 18 de novembro de 1975.

YÚDICE, G. *A conveniência da cultura.* Belo Horizonte: UFMG, 2004.